

CPMF prorrogada até 1999

BRASÍLIA – A Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto de lei que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até janeiro de 1999. A vigência do imposto sobre cheques foi aprovada por 283 votos a favor, 118 contra e três abstenções. O projeto precisa ainda ser aprovado pelo Senado para que, a partir de 23 de fevereiro de 1998, a CPMF tenha vigência por mais 11 meses. A previsão é de que, no ano que vem, o im-

posto sobre cheques arrecade R\$ 8 bilhões, que serão destinados integralmente à Saúde.

Pelo projeto aprovado ontem, a alíquota de 0,20% da CPMF continua a incidir sobre as transações financeiras até 23 de janeiro de 1999. O governo conseguiu aprovar a prorrogação da CPMF sem vincular as receitas do Cofins e do Imposto sobre Lucros das empresas ao orçamento da Saúde.

Depois de 23 de janeiro de

1999, a CPMF não poderá ser mais prorrogada. No ano passado, o Congresso aprovou emenda à Constituição criando a CPMF por dois anos, que poderia ter alíquota de até 0,25%. Mas o governo enviou um projeto regulamentando a cobrança do imposto por apenas 13 meses, até fevereiro de 1998. Há

cerca de dois meses, o governo enviou um novo projeto, aprovado ontem na Câmara, prorrogando a CPMF por mais 11 meses.